



Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (Companhia ou “CARJ”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Redução ao valor recuperável do Ativo intangível relacionado à concessão

Encontra-se reconhecido no Ativo intangível o direito de exploração da infraestrutura do Aeroporto pelo prazo de 25 anos, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 16.058.493 mil, conforme detalhado na Nota 14. A Administração avalia a recuperabilidade desse ativo por meio da elaboração de modelo de avaliação econômico financeiro que contemplam: (a) o plano de negócios da Companhia para os anos subsequentes; (b) informações de mercado que possam impactar o modelo de negócio da CARJ, e (c) elaboração do fluxo de caixa projetado trazido ao valor presente pela taxa de desconto calculada com base em práticas usuais de mercado. Dessa forma, o modelo econômico financeiro está sujeito a um nível maior de incerteza, na medida em que a Companhia efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido ao alto grau de julgamento no processo de avaliação do valor recuperável desse Ativo intangível.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, efetuamos a análise da política contábil e, com base em amostragem, selecionamos valores que foram alocados ao Ativo intangível para verificação da respectiva documentação suporte para as adições realizadas no decorrer de 2018. Com o auxílio de nossos especialistas, avaliamos de forma independente os modelos econômico financeiros apresentados pela CARJ e, caso nossa conclusão apontasse evidência de perdas, solicitamos à Companhia esclarecimentos sobre os julgamentos e premissas utilizadas, bem como evidências qualitativas para a manutenção do valor contábil. Os procedimentos dos especialistas envolveram: (a) análise da razoabilidade das premissas e julgamentos exercidos pela Administração da Companhia; (b) verificação dos modelos matemáticos e se foram elaborados nos padrões de mercado aceitos, e (c) conclusão dos resultados obtidos nas projeções de fluxo de caixa. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela CARJ nas demonstrações contábeis descritas nas Notas 2 e 14.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes com relação à adequação do uso pela Administração da Companhia da base contábil para a mensuração do valor recuperável do Ativo intangível na elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Imposto de renda diferido ativo

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na Nota 12. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 259.669 mil. O reconhecimento destes tributos diferidos é registrado na extensão em que haja lucro tributável futuro. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos especialistas em avaliação de modelos econômicos financeiros para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses impostos diferidos ativos. Envolvemos também os nossos especialistas em tributos nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e, avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias. Adicionalmente, os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela CARJ nas demonstrações contábeis com relação aos impostos diferidos ativos, descritas nas Notas 2.7, 3 e 12 b.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes com relação ao reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros projetados pela Administração da Companhia no contexto da elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento das receitas tarifárias

O reconhecimento das receitas de aeronaves, passageiros, armazenagem e capatazia é altamente dependente de sistemas informatizados, das informações prestadas pelas companhias aéreas que operam nos terminais de passageiros e cargas, e nos controles internos para que as receitas sejam reconhecidas de acordo com as normas contábeis vigentes. Este processo leva em consideração outros aspectos que podem impactar o reconhecimento da receita, como o cadastro e atualização dos preços das tarifas aeroportuárias, o volume de passageiros embarcados e em conexão, controle de aeronaves em pouso e permanência, natureza do serviço prestado na área de carga, modelo e peso da aeronave, entre outros. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido à alta dependência de sistema informatizado e do ambiente de tecnologia e dos seus respectivos controles relacionados ao reconhecimento de receita, incluindo os preços praticados e o volume de transações efetuadas durante o exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, efetuamos o entendimento dos controles internos relacionados à captura de informações de passageiros embarcados e em conexão, pousos e permanências de aeronaves, bem como os controles internos relacionados ao terminal de cargas. Com o suporte dos nossos especialistas em ambiente de tecnologia (TI), e com base em uma amostragem, efetuamos o teste de reperformance dos cálculos de receitas por categoria e a adequação dos registros contábeis de receitas na demonstração do resultado do exercício. Adicionalmente, realizamos testes substantivos em uma amostra para a validação dos dados inseridos no sistema informatizado, visando confirmar a eficácia dos controles internos. Realizamos a leitura das divulgações efetuadas pela Companhia vislumbrando verificar a conformidade e detalhamento de informações relativas à mensuração e reconhecimento das receitas, conforme requerido pelas regras contábeis. Adicionalmente, os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela CARJ nas demonstrações contábeis com relação ao reconhecimento das receitas tarifárias, descritas nas Notas 2.17(i) e 21.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes e consideramos que os critérios e as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia derivadas de taxa de embarque e conexão de passageiros, pouso e permanência de aeronaves, armazenagem e capatazia são apropriadas e foram adequadas no contexto das demonstrações contábeis como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas cujo relatório datado de 02 de março de 2018, sem modificação, continha os parágrafos de incerteza sobre a continuidade operacional e parágrafo de ênfase sobre a operação Lava Jato, os quais não mais se aplicam neste exercício, uma vez que a administração da Companhia executou ao longo de 2018 ações para reequilíbrio do capital circulante líquido, bem como a saída (venda da participação) em 14 de dezembro de 2017 dos antigos controladores da estrutura societária da Companhia.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Marcio Romulo Pereira".

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	164.083	265.461	Financiamentos (Nota 15)	161.593	82.615
Aplicações financeiras (Nota 8)	143.695		Fornecedores e contas a pagar	32.452	46.644
Contas a receber (Nota 9)	174.978	175.355	Obrigações sociais e trabalhistas	25.523	26.604
Estoques	5.668	6.633	Adiantamento de clientes (Nota 16)	25.072	29.919
Tributos a recuperar (Nota 10)	44.760	112.338	Tributos a pagar	7.210	6.791
Despesas antecipadas	5.534	6.700	Credor pela aquisição da concessão (Nota 18)	61.485	1.054.532
Outros ativos	3.116	558	Repasse de adicionais sobre tarifa (Nota 19)	22.657	43.495
	<u>541.834</u>	<u>567.045</u>		<u>335.992</u>	<u>1.290.600</u>
Não circulante			Não circulante		
Aplicações financeiras (Nota 8)	54.933		Financiamentos (Nota 15)	1.253.727	724.832
Contas a receber (Nota 9)	26.950	431	Partes relacionadas (Nota 11)	24.479	24.880
Partes relacionadas (Nota 11)	18.577	18.444	Credor pela aquisição da concessão (Nota 18)	10.896.406	9.648.098
Tributos diferidos (Nota 12 (b))	259.669	398.166	Adiantamento de clientes (Nota 16)	158.189	180.278
Despesas antecipadas	1.536	558		<u>12.332.801</u>	<u>10.578.088</u>
	<u>361.665</u>	<u>417.599</u>	Patrimônio líquido (Nota 20)		
Imobilizado (Nota 13)	3.177	2.572	Capital social	5.711.961	5.390.484
Intangível (Nota 14)	16.058.493	15.479.737	Prejuízos acumulados	(1.415.585)	(792.219)
	<u>16.423.335</u>	<u>15.899.908</u>		<u>4.296.376</u>	<u>4.598.265</u>
Total do ativo	<u><u>16.965.169</u></u>	<u><u>16.466.953</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>16.965.169</u></u>	<u><u>16.466.953</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita líquida (Nota 21)	947.117	896.356
Custo dos serviços (Nota 22)	(660.861)	(616.737)
Lucro bruto	286.256	279.619
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 23)	(69.395)	(70.260)
Outras receitas e despesas, líquidas	11.444	3.282
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido	228.305	212.641
Receitas financeiras (Nota 24)	34.950	20.911
Despesas financeiras (Nota 24)	(748.124)	(742.479)
Resultado financeiro, líquido	(713.174)	(721.568)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(484.869)	(508.927)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 12 (a))	(138.497)	166.926
Prejuízo do exercício	(623.366)	(342.001)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em R\$ por ação) (Nota 25)	(0,11)	(0,13)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.**Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(623.366)	(342.001)
Resultado abrangente no patrimônio líquido		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(623.366)</u>	<u>(342.001)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Em 1º de janeiro de 2017	1.790.393		1.790.393	(450.218)	1.340.175
Aumento de capital social	3.921.568	(321.477)	3.600.091		3.600.091
Prejuízo do exercício				(342.001)	(342.001)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>5.711.961</u>	<u>(321.477)</u>	<u>5.390.484</u>	<u>(792.219)</u>	<u>4.598.265</u>
Integralização de capital social (Nota 20)		321.477	321.477		321.477
Prejuízo do exercício				(623.366)	(623.366)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>5.711.961</u>		<u>5.711.961</u>	<u>(1.415.585)</u>	<u>4.296.376</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(484.869)	(508.927)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	148.943	157.835
Ajuste a valor presente	230.844	247.668
Juros sobre reperfilamento outorga fixa	141.667	
Juros e encargos sobre financiamentos e outorga fixa	119.406	253.137
Provisão para risco de crédito	1.976	2.465
Apropriação de receita diferida	(16.142)	(39.933)
Variação monetária	238.583	209.776
Baixas de Imobilizado	11	59
Baixas de Intangível	26.572	
	<u>406.991</u>	<u>322.080</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	(198.628)	127.465
Contas a receber	(11.977)	24.572
Partes relacionadas ativo	(133)	355
Tributos a recuperar	67.578	70.514
Estoques	965	(494)
Despesas antecipadas	188	1.866
Outros ativos	(2.558)	507
Fornecedores e outras contas a pagar	(14.192)	(1.531)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.081)	1.642
Partes relacionadas passivo	(401)	
Tributos a pagar	419	52
Outorga variável	275	2.050
Contribuição mensal	(139)	
Adiantamento de clientes	(26.936)	(21.185)
Repasse de adicionais sobre tarifa	(1.559)	5.036
	<u>218.812</u>	<u>532.929</u>
Caixa proveniente das operações		
Juros pagos sobre financiamentos	(106.660)	(92.851)
	<u>112.152</u>	<u>440.078</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições intangível	(102.686)	(36.488)
Outorga fixa	(1.025.901)	(3.508.749)
Aquisições de imobilizado	(1.548)	(1.002)
	<u>(1.130.135)</u>	<u>(3.546.239)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de financiamentos	713.552	826.283
Aumento e integralização do capital social	321.477	3.600.091
Amortização de financiamentos	(117.450)	(1.136.667)
Pagamento custo de transação	(974)	(58.977)
	<u>916.605</u>	<u>3.230.730</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
Redução líquida do caixa e equivalente de caixa	(101.378)	124.569
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	265.461	140.892
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>164.083</u>	<u>265.461</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.**Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	2018	2017
Receitas		
Receita de serviços	999.788	977.395
Receita de construção ICPC 01	70.757	36.882
Outras receitas	11.924	3.282
Provisão para risco de crédito	(1.976)	(2.465)
	<u>1.080.493</u>	<u>1.015.094</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos operacionais	(387.797)	(370.341)
Custo de obras de infra-estrutura ICPC 01	(70.757)	(36.882)
	<u>(458.554)</u>	<u>(407.223)</u>
Valor adicionado bruto	621.939	607.871
Depreciação e amortização	(148.943)	(157.835)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>472.996</u>	<u>450.036</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	34.950	20.911
Valor adicionado total a distribuir	<u>507.946</u>	<u>470.947</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	100.991	100.943
Remuneração direta	78.386	79.204
Benefícios	17.916	16.233
FGTS	4.689	5.506
Impostos, taxas e contribuições	290.746	(20.261)
Federais	259.735	(47.817)
Estaduais	241	270
Municipais	30.770	27.286
Remuneração de capitais de terceiros	739.575	732.266
Encargos financeiros e outros	739.575	732.266
Remuneração de capitais próprios	(623.366)	(342.001)
Prejuízo retido	(623.366)	(342.001)
Valor adicionado distribuído	<u>507.946</u>	<u>470.947</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (“CARJ” ou “Concessionária” ou “Companhia”) foi constituída em 4 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão, do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim – Galeão (“Aeroporto do Galeão” ou “Galeão”), e a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção, gerenciamento e exploração do Aeroporto do Galeão. A Companhia tem sede na Avenida Vinte de Janeiro, s/nº - Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

(a) Contrato de concessão

Em 2 de abril de 2014, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Agência” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto do Galeão, decorrente do Edital de Concessão nº 01/2013, com vigência pelo prazo de 25 anos, prorrogável por até 5 anos. A Companhia iniciou as suas operações em 12 de agosto de 2014.

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do complexo, a ser implementada nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”) para a Companhia;
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previstos no Plano de Exploração Aeroportuária–PEA.

Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornarão ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Galeão, a Companhia se obriga a pagar à União as seguintes contribuições:

- **Contribuição fixa:** Corresponde ao montante a ser pago em decorrência da oferta realizada pela concessão, conforme cronograma estabelecido no Termo Aditivo nº 001/2017 ao contrato de concessão;
- **Contribuição variável:** Correspondente ao montante anual resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre a base da receita bruta anual deduzido do montante resultante da aplicação da alíquota de 26,4165% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia; e
- **Contribuição mensal:** Corresponde à aplicação de alíquota de 22,652134% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia, conforme decisão nº 106 emitida em 28 de junho de 2017 pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Adicionalmente, possui como remuneração as receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, e receitas não tarifárias referentes à exploração de atividades econômicas que envolvem a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contexto operacional

(i) Reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas

Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado o termo aditivo nº 001/2017 do contrato de concessão junto à Agência com o objetivo de permitir a reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 779, de 19 de maio de 2017, e art. 8º, do inciso XXIV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Em 19 de dezembro de 2017, a Concessionária quitou a 1ª parcela da reprogramação no montante de R\$ 1.512.048.

Em 27 de junho de 2018, a Concessionária quitou a 2ª parcela da reprogramação no montante de R\$ 1.025.901.

(ii) Empréstimo Longo Prazo

Em 18 de dezembro de 2017, a Concessionária contratou o financiamento de Longo Prazo junto ao BNDES e bancos comerciais no valor total de R\$ 1.620.000 com destinação aos investimentos necessários para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto do Galeão, incluindo o reembolso dos investimentos efetuados para a conclusão da Fase I-B do Contrato de Concessão.

A tranche de repasse dos bancos comerciais representa 51% do total do financiamento de Longo Prazo enquanto a tranche direta do BNDES representa 49% do total.

Em 22 de dezembro de 2017, ocorreu o desembolso integral da tranche de repasse dos bancos comerciais no valor de R\$ 826.200.

Em 15 de junho de 2018, ocorreu o 1º desembolso da tranche direta do BNDES no valor de R\$ 655.000.

Em 27 de dezembro de 2018, ocorreu o 2º desembolso da tranche direta do BNDES, no valor de R\$ 58.552.

A Concessionária ainda possui o saldo remanescente de R\$ 80.249 a ser liberado da tranche direta junto ao BNDES.

(c) Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava o Capital Circulante Líquido (“CCL”) positivo de R\$ 205.842 (em 31 de dezembro de 2017 era negativo em R\$ 723.555). Essa mudança é reflexo da quitação da 2ª parcela da reprogramação da outorga fixa ocorrida em junho de 2018, conforme Nota 1 (b).

2 Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 07 de março de 2019.

2.2 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. São avaliados ao custo amortizado, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

2.3 Ativos financeiros

(a) Classificação, Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9). A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

(b) Ativos mensurados ao custo amortizado

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2018, compreendem as rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações Financeiras”, “Contas a receber” e “Partes relacionadas” (Notas 7, 8, 9 e 11, respectivamente).

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, que não difere dos valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para risco de crédito (“PRC”).

A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito, estabelecendo uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito. Dessa forma, a provisão para risco de crédito é constituída com base na análise da probabilidade de recebimento de cada título por cliente. O montante registrado em 31 de dezembro de 2018 é considerado suficiente pela Administração observando-se o histórico de perdas do contas a receber.

2.5 Estoques

Os estoques correspondem a materiais de reposição e manutenção relacionados às atividades da Companhia e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros e licenças a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com a prazo de vigência.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens referentes aos bens não conversíveis ao poder concedente. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A depreciação é calculada utilizando o método linear considerando seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 13).

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.9 Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As aquisições de bens reversíveis efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente, ao final da concessão, em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

A amortização deste ativo intangível, representado pelos dispêndios realizados para ampliar a estrutura aeroportuária, é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros) ao longo do prazo de concessão do aeroporto.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 14.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Desta forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, calculado com base na taxa de juros anual NTN-B - 150535 de 6,22%, taxa equivalente de mercado com juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é realizada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão (curva de demanda de passageiros), limitada à capacidade máxima de cada marco de investimento. Os marcos de investimento originam-se de gatilhos atrelados à curva de demanda de passageiros, com vistas à manutenção do nível de serviço exigido pelo Poder Concedente.

Os ônus financeiros provenientes da atualização da outorga são, por sua vez, capitalizados ao longo da evolução dos marcos de investimento, até a sua conclusão.

2.10 Credor pela aquisição da concessão

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto do Galeão que são registradas inicialmente a valor justo, amortizados pelas liquidações financeiras, e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*.

2.12 Financiamentos

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamento são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes representam valores cedidos de clientes, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais relativos à cessão de área de espaços comerciais.

2.15 Repasse de adicionais sobre tarifas

Corresponde aos valores a serem repassados ao Fundo Nacional de Aviação Civil (“FNAC”) e Departamento de Controle do Espaço Aéreo (“DECEA”) incidentes sobre as tarifas aeroportuárias e estão, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

2.16 Capital social

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações ordinárias e aportes de capital são classificados no patrimônio líquido.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. As receitas são reconhecidas quando ocorre a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços, conforme descrito no CPC 47 (IFRS 15). A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Receitas de serviços

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18 Benefícios a empregados

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 968 (31 de dezembro de 2017, R\$ 676).

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 “Benefícios a empregados”.

2.19 Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.20 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

2.21 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27). As principais alterações dizem respeito à eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro - Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.
- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto – R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – custos dos empréstimos – R1)

A Companhia avaliou os reflexos destas normas e, no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua e, para o exercício de 2018 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de passageiros e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 12 (b)).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a capitalização das despesas financeiras e o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão, através da curva de capacidade instalada e da projeção da curva de demanda de passageiros, limitado ao prazo final da concessão, respectivamente. A Administração entende que são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporados no ativo.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio, conforme mencionado na Nota 1.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez para a proteção e rentabilidade de seus ativos e do seu patrimônio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para cumprir os seus compromissos, conforme determinado pelas previsões de caixa elaboradas pela Companhia.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Acima de um ano
Em 31 de dezembro de 2018		
Financiamentos	161.593	1.253.727
Fornecedores e contas a pagar	32.452	
Credor pela aquisição da concessão		22.848.144

(d) Risco associado a taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação das taxas de juros, podendo causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém seus empréstimos atrelados à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e à taxa média de risco de crédito anual de 3,33%.

A Companhia mantém a sua Outorga Fixa atrelada ao índice de preços ao consumidor amplo ("IPCA").

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e variação do IPCA na outorga, sendo estas as principais exposições de risco de mercado da Companhia.

A exposição ao risco decorre da possibilidade de a Concessionária sofrer ganhos e perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros flutuantes e do IPCA. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP e IPCA.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros são:

	31 de dezembro de 2018	Risco / indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativo Financeiro					
Caixa e equivalentes de caixa	164.083	SELIC	10.665	7.999	5.333
Aplicações financeiras	198.628	SELIC	12.911	9.683	6.455
Referência de ativos financeiros SELIC (% ao ano)			Cenário provável 6,50%	Cenário A 4,88%	Cenário B 3,25%
Passivo Financeiro					
Emprestimos e financiamentos	1.415.320	TJLP	95.145	118.931	142.717
Credor pela aquisição da concessão	10.957.891	IPCA	410.426	513.032	615.639
Referência de passivos financeiros TJLP (% ao ano)			Cenário provável 6,72%	Cenário A 8,40%	Cenário B 10,08%
IPCA (% ao ano)			3,75%	4,68%	5,62%

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a TJLP, o IPCA e a SELIC.

(e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições com *ratings* de crédito aceitáveis. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala da *Standard and Poor's*.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo adquiridos no mercado conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Total dos financiamentos (Nota 15)	1.415.320	807.447
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(164.083)	(265.461)
Menos: Aplicações financeiras (Nota 8)	(198.628)	-
Dívida líquida	<u>1.052.609</u>	<u>541.986</u>
Total do patrimônio líquido	<u>4.296.376</u>	<u>4.598.265</u>
Total do capital	<u>5.348.985</u>	<u>5.140.251</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>20</u>	<u>11</u>

5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia que estão sujeitos à concentração de risco de crédito residem, principalmente, em caixa e equivalentes de caixa. As contas correntes bancárias e aplicações financeiras estão expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém depósitos bancários e aplicações financeiras com instituições classificadas pelas agências Standard and Poor's, Moody's e Fitch pelos ratings mínimos AA-, Aa3 e AA- respectivamente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo financeiro da concessão		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Contas a receber (Nota 9)	201.928	175.786
Partes relacionadas (Nota 11)	<u>18.577</u>	<u>18.444</u>
	<u>220.505</u>	<u>194.230</u>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira (Notas 7 e 8)	362.533	265.141
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral e numerários em trânsito (Nota 7)	<u>178</u>	<u>320</u>
	<u>362.711</u>	<u>265.461</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos Financeiros	
	2018	2017
Ativos mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	164.083	265.461
Aplicações financeiras (Nota 8)	198.628	
Contas a receber (Nota 9)	201.928	175.786
Partes relacionadas (Nota 11)	18.577	18.444
	<u>583.216</u>	<u>459.691</u>
	Passivos Financeiros	
	2018	2017
Passivos mensurados ao custo amortizado		
Financiamentos (Nota 15)	1.415.320	807.447
Fornecedores e contas a pagar	32.452	46.644
Partes relacionadas (Nota 11)	24.479	24.880
Credor pela aquisição da concessão (Nota 18)	10.957.891	10.702.630
Repasse de adicionais sobre tarifa (Nota 19)	22.657	43.495
	<u>12.452.799</u>	<u>11.625.096</u>

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Aplicações financeiras (*)	155.909	259.819
Bancos conta movimento	7.996	5.322
Numerários em trânsito	178	314
Caixa geral		6
	<u>164.083</u>	<u>265.461</u>

A Concessionária possui aplicações em fundo exclusivo de investimento, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e ativos financeiros de ratings mínimos AA-, Aa3 e AA-, classificados pelas agências *Standard and Poor's*, *Moody's* e *Fitch*, respectivamente.

(*) Composição

	2018	2017
LFT	155.954	260.412
Outros (a)	(45)	(593)
	<u>155.909</u>	<u>259.819</u>

- (a) Corresponde a gastos envolvendo a administração do fundo, tais como taxa de administração, tributos a recolher, etc.

As aplicações financeiras referem-se a aplicações no Fundo Diamante, administrado pelo banco Santander S.A., sendo um fundo de investimento exclusivo cujas aplicações são realizadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos de renda fixa marcado a mercado com rentabilidade diária vinculada a SELIC.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração do fundo é pela taxa média de 99% do CDI (31 de dezembro de 2017, 99%), sem prazo de carência e baixo risco de crédito, com liquidez imediata.

8 Aplicações Financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações financeiras vinculadas	198.628	
	<u>198.628</u>	
Ativo circulante:	143.695	
Ativo não circulante:	<u>54.933</u>	

De acordo com o contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, os recursos destinados ao pagamento das parcelas devidas a título de outorga fixa, outorga variável e do financiamento de longo prazo devem ser alocados em contas bancárias específicas para estas finalidades, conforme termos do contrato. Os recursos das contas vinculadas estão aplicados no Fundo Diamante, conforme descrito na Nota 7.

9 Contas a receber

A Companhia possui contas a receber em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 201.928 (31 de dezembro de 2017, R\$ 175.786), sendo R\$ 28.892 vencidas (31 de dezembro de 2017, R\$ 28.971).

Esses créditos estão sendo negociados e recebidos de forma gradativa e, com base nos conhecimentos dos negócios, a administração não espera perdas na realização.

A composição dos valores a receber de clientes está apresentada abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo circulante:		
Comercial	120.100	104.760
Aeroportuária	45.648	49.404
Cargas	8.809	13.566
Outras contas a receber	<u>7.146</u>	<u>12.356</u>
	181.703	180.086
(-) PRC	(6.725)	(4.731)
	<u>174.978</u>	<u>175.355</u>
Ativo não circulante:	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comercial	23.011	431
Aeroportuária	915	
Cargas	2.959	
Outras contas a receber	<u>65</u>	
	26.950	431
	<u>201.928</u>	<u>175.786</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores a receber por vencimento estão apresentados abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo circulante:		
A vencer	152.811	151.115
Títulos vencidos:		
De 1 a 30 dias	6.030	1.211
De 31 a 60 dias	4.018	2.054
De 61 a 90 dias	1.437	703
De 91 a 180 dias	2.077	1.862
Acima de 180 dias	<u>15.330</u>	<u>23.141</u>
	<u>28.892</u>	<u>28.971</u>
	181.703	180.086
Ativo não circulante:	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Acima de 12 meses	<u>26.950</u>	<u>431</u>
	26.950	431
	<u>208.653</u>	<u>180.517</u>

A movimentação da provisão para risco de crédito foi a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>3.116</u>
Constituição	1.851
Reversões	(236)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>4.731</u>
Constituição	2.068
Reversões	(74)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>6.725</u>

10 Tributos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IR e CSL retidos na fonte sobre faturamento e IR retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	9.107	4.411
PIS e COFINS retidos na fonte sobre faturamento e não cumulativos	34.989	71.917
Crédito de PIS e COFINS sobre intangível em infraestrutura (i)		35.267
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	377	453
Outros	<u>287</u>	<u>290</u>
	<u>44.760</u>	<u>112.338</u>
Ativo circulante:	<u>44.760</u>	<u>112.338</u>

(i) A Companhia registrou créditos de PIS e COFINS referentes aos gastos com a reforma e construção da infraestrutura.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

(a) Saldos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo não circulante:		
Contas a receber - Infraero (i)	18.577	18.444
	<u>18.577</u>	<u>18.444</u>
Passivo não circulante:		
Salários a pagar - Infraero (ii)	2.062	2.062
Almoxarifado - Infraero (iii)	4.509	4.910
Valores a pagar - Infraero (iv)	17.908	17.908
	<u>24.479</u>	<u>24.880</u>

(b) Transações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado:		
Valores a receber - Infraero (i)	133	
Almoxarifado - Infraero (iii)	(401)	
	<u>(268)</u>	

- (i) Refere-se substancialmente a valores de telefonia e aluguel de espaços à Infraero;
- (ii) Refere-se a reembolso de salários e encargos dos funcionários cedidos pela Infraero durante o processo de transição operacional do Aeroporto do Galeão;
- (iii) Refere-se a itens de almoxarifado adquiridos da Infraero. Em 25 de abril de 2018, a Concessionária devolveu bens que totalizaram R\$ 401;
- (iv) Refere-se a repasse proporcional à Infraero pela utilização dos terminais de carga.

(c) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia totalizou o montante de R\$ 13.446 (31 de dezembro de 2017, R\$ 11.513).

(d) Participação nos lucros e resultados

Em 2018, a Companhia pagou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 17.700 (31 de dezembro de 2017, R\$ 15.580), referente à provisão registrada em 2017 no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu a provisão de R\$ 16.563 (31 de dezembro de 2017, R\$ 17.700) referente ao pagamento a ser realizado em 2019.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo antes dos impostos	(484.869)	(508.927)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	164.855	173.035
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	3.627	(6.109)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(306.979)	
Total dos impostos no resultado - diferido	(138.497)	166.926

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2018	2017
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	1.333.720	1.008.155
Diferenças temporárias	313.683	323.078
Ativo diferido não constituído	(306.979)	
Tributos diferidos ativos	1.340.424	1.331.233
Passivo não circulante		
Amortização do Intangível (linear)	(1.037.469)	(895.808)
Diferenças temporárias	(43.286)	(37.259)
Tributos diferidos passivos	(1.080.755)	(933.067)
Tributos ativos líquidos	259.669	398.166

Os impostos diferidos referem-se basicamente a prejuízos fiscais sobre a diferença entre os critérios de amortização da outorga fixa fiscal e contábil, pelo método linear e pela curva da demanda de passageiros, respectivamente, e a diferença temporária proveniente da divergência entre o tratamento contábil e fiscal para os juros sobre empréstimos capitalizáveis.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$306.979 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2017) de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos ativos.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e a realização do passivo para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização do diferido					
	2018			2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2023				1.940		1.940
2024	12.483		12.483	31.387		31.387
2025	20.680		20.680	23.842		23.842
2026	719	(20.399)	(19.680)	68.741		68.741
2027	30.651	(40.616)	(9.965)	74.577		74.577
2028 em diante	1.275.891	(1.019.740)	256.151	1.130.746	(933.067)	197.679
Total	1.340.424	(1.080.755)	259.669	1.331.233	(933.067)	398.166

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

(a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)			2018	2017
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	3.673	(1.437)	2.236	1.615
Móveis e utensílios	10	918	(376)	542	626
Ferramentas e aparelhos	20	365	(264)	101	174
Veículos	25	674	(497)	177	157
Imobilizado em Andamento		121		121	
		<u>5.751</u>	<u>(2.574)</u>	<u>3.177</u>	<u>2.572</u>

(b) Movimentação

	2018	2017
Saldo no início do exercício	2.572	2.180
(+) Adições	1.548	1.002
(-) Venda	(11)	(59)
(-) Depreciação	(932)	(551)
Saldo no final do exercício	<u>3.177</u>	<u>2.572</u>

14 Intangível

(a) Composição

	Taxas anuais médias de amortização (%)				2018	2017
		Custo	Atualização monetária	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)						
Edificações e instalações	*	1.892.979		(103.113)	1.789.866	1.882.067
Máquinas e equipamentos	*	297.622		(15.184)	282.438	280.063
Móveis e utensílios	*	10.592		(562)	10.030	12.249
Veículos	*	14.376		(690)	13.686	11.802
Intangível em formação		103.726			103.726	
		<u>2.319.295</u>		<u>(119.549)</u>	<u>2.199.746</u>	<u>2.186.181</u>
Outros intangíveis (ii)						
Direito de outorga da concessão	*	9.524.449	4.656.976	(356.028)	13.825.397	13.276.081
Softwares adquiridos de terceiros	*	35.339		(1.989)	33.350	17.475
		<u>9.559.788</u>	<u>4.656.976</u>	<u>(358.017)</u>	<u>13.858.747</u>	<u>13.293.556</u>
		<u>11.879.083</u>	<u>4.656.976</u>	<u>(477.566)</u>	<u>16.058.493</u>	<u>15.479.737</u>

(*) A amortização é calculada pelo período da concessão conforme descrito na nota 2.9 (iii).

(i) Intangível em Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

(ii) Outros intangíveis

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas, operacionais e administrativos, adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao custo dos serviços.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>Infraestrutura</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Custo	2.260.022	13.530.771	19.837	15.810.630
Amortização acumulada	(73.841)	(254.690)	(2.362)	(330.893)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.186.181	13.276.081	17.475	15.479.737
Aquisições	81.962		16.277	98.239
Créditos de Pis e Cofins	4.447			4.447
Encargos capitalizados		650.653		650.653
Baixas Custo	(27.136)		(775)	(27.911)
Baixas Amortização Acumulada	1.339			1.339
Transferência	(1.241)		1.241	
Amortização	(45.806)	(101.337)	(868)	(148.011)
Saldo contábil	2.199.746	13.825.397	33.350	16.058.493
Custo	2.319.295	14.181.425	35.339	16.536.059
Amortização acumulada	(119.549)	(356.028)	(1.989)	(477.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.199.746	13.825.397	33.350	16.058.493

15 Financiamentos

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Financiamento BNDES - Tranche Direta	R\$	TJLP+ 1,30%	683.220	
Financiamento BNDES - Tranche de Repasse	R\$	TJLP+ 5,28%	751.978	828.541
Custo de transação	R\$		(19.878)	(21.094)
			<u>1.415.320</u>	<u>807.447</u>

Em 18 de dezembro de 2017, a Concessionária contratou o financiamento de Longo Prazo junto ao BNDES e bancos comerciais no valor total de R\$ 1.620.000

Em 15 de junho de 2018, ocorreu o primeiro desembolso da tranche direta do empréstimo contratado junto ao BNDES em 18 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 655.000.

Em 27 de dezembro de 2018, ocorreu o segundo desembolso da tranche direta do empréstimo contratado junto ao BNDES em 18 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 58.552.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018, está apresentado pelo valor justo e líquido do custo de transação no montante de R\$ 19.878 (31 dezembro de 2017, R\$ 21.094).

(a) Movimentação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	807.447	1.123.764
Liberação principal	713.552	826.283
Pagamento principal	(117.450)	(1.136.667)
Correção monetária	7.855	10.906
Juros provisionados	109.360	83.520
Juros pagos	(106.660)	(92.851)
Custo de transação	(974)	(58.977)
Amortização do custo de transação	2.190	51.469
Saldo no final do exercício	<u>1.415.320</u>	<u>807.447</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Garantias

O contrato de Financiamento com o BNDES detém como garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão que são compartilhados entre o BNDES e os bancos repassadores da transação. Além disso, o BNDES detém como garantia uma fiança corporativa emitida pela Changi Airport International, garantindo 49% do financiamento total e referente somente à tranche direta do financiamento.

16 Adiantamento de clientes

Os valores registrados na rubrica de adiantamento de clientes no montante de R\$ 183.261 (31 de dezembro de 2017, R\$ 210.197) sendo R\$ 25.072 (31 de dezembro de 2017, R\$ 29.919) no passivo circulante e R\$158.189 (31 de dezembro de 2017, R\$ 180.278) no passivo não circulante, referem-se a receitas não tarifárias de cessão de espaços físicos para fins comerciais, que serão apropriados aos exercícios futuros conforme a sua competência.

17 Contingências cíveis

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Conforme opinião dos assessores jurídicos da Companhia, as ações apresentadas a seguir possuem expectativa de perda possível, por essa razão, não foram constituídas as respectivas provisões.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis (a)	20.800	19.568
Trabalhistas (b)	9.417	8.092
Tributários (c)	5.466	2.072
Administrativa (d)	96.006	1.415
	<u>131.689</u>	<u>31.147</u>

(a) Riscos Cíveis:

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza cível cujos objetos, em sua maioria, são pedidos de indenização por danos morais e materiais decorrentes de relação de consumo dos usuários da estrutura aeroportuária. Bem como, outros oriundos de relações comerciais.

(b) Riscos Trabalhistas:

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos, em sua maioria, são pedidos de condenação subsidiária em verbas trabalhistas, decorrentes de contratos de prestação de serviços.

(c) Riscos Tributários

Principalmente Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal em virtude de supostos descumprimentos da legislação aduaneira.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Riscos Administrativos

Autuações de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, RFB e SAC, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

Depósitos Recursais:

Em 31 de dezembro de 2018 a Concessionária possuía R\$ 367 (31 de dezembro de 2017, R\$ 137) em depósitos recursais e R\$ 1.371 em depósitos judiciais.

18 Credor pela aquisição da concessão

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outorga fixa a pagar (a)		26.073.063	1.012.467	23.726.748
Ajuste a valor presente (a)		(15.176.657)		(14.078.650)
Contribuição mensal a pagar	19.145			
Outorga variável a pagar (b)	42.340		42.065	
	<u>61.485</u>	<u>10.896.406</u>	<u>1.054.532</u>	<u>9.648.098</u>

- (a) Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado o termo aditivo nº 001/2017 do contrato de concessão reprogramando o fluxo de pagamentos da outorga fixa. A próxima parcela tem como vencimento o dia 07 de maio de 2023.
- (b) Em 14 de maio de 2018, a Companhia liquidou a parcela referente ao exercício de 2017, no montante de R\$ 42.065. A Companhia apurou o valor de R\$ 42.340 a ser liquidado na data de 15 de maio de 2019.

19 Repasse de adicionais sobre tarifa

	2018	2017
FNAC (a)	20.722	22.581
ATAERO (b)	1.308	1.315
PAN e PAT (c)	627	314
Contribuição mensal		19.285
	<u>22.657</u>	<u>43.495</u>

- (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei n. 9.825, de 23 de agosto de 1999.
- (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei n. 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrados dos usuários. Esse repasse foi extinto pela lei 13.319 de 25 de julho de 2016, a partir do 1º dia de janeiro do ano de 2017. O valor de R\$ 1.308 é referente a títulos, de competência anterior a 2017, ainda não recebidos pela Concessionária.
- (c) Repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Patrimônio líquido

Em 26 de março de 2018, a acionista Infraero realizou a integralização de R\$ 321.477 que havia sido subscrito em 14 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionistas	Capital integralizado	Capital a integralizar	Ações nominativas	Participação (%)
Rio de Janeiro Aeroportos S.A.	2.913.100		2.913.100.430	51%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	2.798.861		2.798.861.196	49%
	<u>5.711.961</u>		<u>5.711.961.626</u>	<u>100%</u>

O capital social autorizado da companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 5.711.962.

21 Receita líquida

	2018	2017
Receita de construção - ICPC 01	70.757	36.882
Receita de operação bruta		
Receita aeroportuária	376.238	367.579
Receita de cargas	224.110	164.760
Receita comercial	405.683	459.007
Outras receitas	4.507	6.184
	<u>1.010.538</u>	<u>997.530</u>
Receita bruta total	<u>1.081.295</u>	<u>1.034.412</u>
Tributos sobre serviços de operação	(123.427)	(117.921)
Devoluções e cancelamentos	(10.751)	(20.135)
	<u>947.117</u>	<u>896.356</u>

22 Custos dos serviços

	2018	2017
Custo de operação		
Amortização do intangível	(144.365)	(153.382)
Serviços de terceiros	(154.757)	(115.907)
Custo de material	(7.605)	(30.056)
Outorga variável	(41.641)	(41.371)
Contribuição mensal	(131.194)	(116.703)
Custo com água, esgoto e energia elétrica	(32.792)	(31.271)
Gastos com pessoal	(77.750)	(74.603)
Demais custos		(16.562)
	<u>(590.104)</u>	<u>(579.855)</u>
Custos de construção da infraestrutura - ICPC 01	(70.757)	(36.882)
	<u>(660.861)</u>	<u>(616.737)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Despesa com pessoal	(38.149)	(40.956)
Serviços de auditoria e consultoria	(18.885)	(17.183)
Gastos gerais	(10.385)	(10.631)
Outros	(1.976)	(1.490)
	<u>(69.395)</u>	<u>(70.260)</u>

24 Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	25.306	16.900
Variação cambial	90	6
Variação monetária	7.540	471
Juros sobre atraso	1.929	3.436
Descontos obtidos	85	98
	<u>34.950</u>	<u>20.911</u>
Despesas financeiras		
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos e outorga fixa	(119.406)	(253.137)
Variação monetária	(238.583)	(209.776)
Variação cambial	(68)	(18)
Ajuste a valor presente	(230.844)	(247.668)
Juros sobre reperfilamento outorga fixa	(141.667)	
Juros e comissões bancárias	(738)	(13.600)
IOF sobre operações financeiras	(12.931)	(16.156)
Outras	(3.887)	(2.124)
	<u>(748.124)</u>	<u>(742.479)</u>
	<u>(713.174)</u>	<u>(721.568)</u>

25 Prejuízo por ação

(a) Básico e diluído

O prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	2018	2017
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações	(623.366)	(342.001)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (lote de mil)	<u>5.711.962</u>	<u>2.542.680</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,11)</u>	<u>(0,13)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Seguro de veículos	TOKIO MARINE	30/09/2019	(*)
Seguro de riscos operacionais	AIG	02/10/2019	5.652.829
Seguro garantia executante concessionário	PAN	02/04/2019	429.051
Seguro de responsabilidade civil de Hangar e serviços aeroportuários	MAPFRE	17/10/2019	USD 500.000
Seguro de terrorismo e sabotagem	AIG	02/10/2019	800.000
Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O)	CHUBB	31/12/2018	50.000
Seguro de responsabilidade civil operações amplas	CHUBB	17/04/2019	30.000
Seguro de responsabilidade civil geral	CHUBB	17/04/2019	30.000
Seguro de riscos ambientais	AIG	31/12/2018	10.000
Seguro garantia de compra e venda de energia	POTENCIAL	01/07/2019	6.183
Seguro de Equipamentos de Publicidade	HDI	16/04/2019	8.687

(*) 110% da Tabela FIPE

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

* * *